EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 252/2022

(PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP)

PROCESSO N° HMMG.2022.00001140-09
OFERTA DE COMPRA - BEC: 824410801002023OC00007
OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza (Carrinhos para MOP e outros).
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço
INTERESSADO: Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar
MODALIDADE: Pregão Eletrônico
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 14.218/03, com suas alterações, Lei Complementar 123/06, Decreto Municipal nº 16.187/08, Decreto Municipal nº 14.356/03 Resolução nº 003/2017 da Rede Dr. Mário Gatti publicada no Diário Oficial do Município de Campinas em 24/02/2017, Lei Complementar Municipal nº 191/18 e demais normas regulamentares aplicáveis e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A Rede Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar, autarquia municipal criada pela Lei Complementar nº 191/18, representada neste instrumento pelo Senhor Diretor Administrativo, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Avenida Prefeito Faria Lima nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, licitação na modalidade **Pregão**, a ser realizadapor intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **Pregão Eletrônico**, objetivando a **Aquisição** descrito no objeto.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado deFornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processoem epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS

Horário/Data
A partir das 08h00 do dia 09/01/2023

INÍCIO DA SESSÃO

Horário/Data
A partir das 09h30 do dia 24/01/2023

Local: Sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras doGoverno do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" no sitio: www.bec.sp.gov.br.

Pregoeira responsável: MARILDA LARA, nomeada pela Portaria nº 058/2021 publicada em 01/10/2021, **e Equipe de Apoio: Rafael Queiroga,** nomeado pela Portaria nº 080/2022 6.publicada em 01/12/2021 no Diário Oficial do Município de Campinas/SP.

1. OBJETO, PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1.1. Aquisição de Materiais de Limpeza (Carrinhos para MOP e outros)., conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I - Termo de Referência.

1.3. Valor total estimado **R$ 28.481,19 (vinte e oito mil quatrocentos e oitenta e um reais e dezenove centavos).**

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Somente poderão participar da licitação:

2.1.1. Empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado que se **enquadrem exclusivamente** como Microempresas (**ME**), Empresas de Pequeno Porte (**EPP**) na forma da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;

2.1.1.1. Se a disputa resultar deserta ou fracassada, a Rede Dr. Mário Gatti submeterá omesmo item de contratação à participação ampla, em outra sessão pública, antes de recorrer à contratação direta prevista no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.1.2. Empresas que previamente cadastradas no CAUFESP nos termos preconizados no item 3 e que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto;

2.1.2.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à data marcada para a abertura da sessão

2.2. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Rede Dr. Mário Gatti e/ou Prefeitura Municipal de Campinas, sob pena de incidir na previsão do parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e/ou pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

2.2.3. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidaspela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

2.2.4. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998 ou em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.5. Que possuam vínculo, a que título for com servidor público municipal de Campinas/SP, com a autoridade competente, com o Pregoeiro, com o subscritor do edital ou algum dos membrosda respectiva equipe de apoio nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 conforme modelo contido no Anexo III - Modelo de Declarações;

2.2.6. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.7. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entresi;

2.2.8. Empresas com falência decretada.

2.2.9. Empresas que não se enquadrem como ME ou EPP na forma da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

2.3. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.4. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, no ambiente eletrônico do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP.

3. ACESSO AO "SISTEMA BEC/SP" / CREDENCIAMENTO PARA O CERTAME

3.1. O cadastro junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O sistema eletrônico denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" poderá ser acessado através do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.

3.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.5. É incumbência da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6. Poderão participar do certame empresas que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado o seu representante na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro;

3.6.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à data marcada para a abertura da sessão pública.

3.7. No ato do credenciamento, as Empresas deverão identificar-se em campo próprio do sistema eletrônico declarando que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

3.8. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

4. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.2. As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública;

4.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso;

4.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

4.3. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

5. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

5.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

5.2.1. **Fora da etapa de lances,** a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

5.2.2. **Durante a etapa de lances,** a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

5.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

6. PROPOSTAS

6.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO–ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital;

6.1.1. A especificação encontrada na BEC/SIAFÍSICO não foi alterada, caso haja algumadivergência com o disposto neste edital deverá ser considerado o descritivo e as especificações contidas no Anexo I.

6.2. O Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio dosistema, proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital, contendo os preços unitários e total;

6.2.1. A proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do Anexo I;

6.2.2. Em moeda corrente nacional;

6.2.3. Nos preços propostos deverão incluir: todas as despesas diretas e indiretas, custos operacionais de sua atividade, tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte;

6.2.4. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos;

6.2.5. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital;

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro;

6.3.1. Caso venha a ser contratada, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na situação descrita neste item deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federalnº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo;

6.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata este subitemanterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

6.4. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.

6.5. O prazo de **validade da proposta** será de 90 (noventa) dias corridos contados da data da entrega da proposta, e o do lance será de 90 (noventa) dias corridos contados da data da abertura da sessão pública;

6.5.1. Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas previsto no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade para um período específico adicional;

6.5.2. A solicitação, bem como as respostas dos licitantes, deverá ser realizada e registrada via correio eletrônico;

6.5.3. O licitante poderá recusar a prorrogação de proposta, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.

6.6. Para **julgamento das propostas** será adotado o critério de **menor preço por item/lote conforme Anexo I,** observando as condições definidas neste Edital e seus anexos.

6.6.1. Para verificação da aceitabilidade dos preços, serão considerados os valores unitários dos itens que compões cada lote, desde que não ultrapasse os respectivos valores referenciais.

6.7. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e a legislação vigente.

6.8. Deverá ser entregue, logo após a aceitabilidade do preço, em arquivos INDIVIDUAIS, no formato PDF, os seguintes documentos:

6.8.1. Proposta, conforme Anexo II;
6.8.2. Formulário com os Dados Cadastrais da Proponente, conforme modelo constante noAnexo IV;
6.8.3. Documentos de Habilitação previstos no item 7;
6.8.4. Documentos técnicos elencados no Anexo I - Termo de Referência.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos deverão ser apresentados em arquivos individuais, no formato PDF,sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar a análise.

7.2. Para efeito de validade dos documentos, se outro prazo não constar de Ato Normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e entrega dos documentos, exceto em relação aos subitens 7.7.1 e 7.7.2.

7.3. A licitante arrematante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar a presente aquisição;

7.3.1. É vedada a mesclagem de documentos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), para com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

7.4. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitode Negativa;

7.4.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão em que conste a existência de débitos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

7.5. A licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir, será inabilitada e estará sujeita às penalidades estabelecidas no item 11 do Edital.

7.6. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da empresa, cujo **objeto social deveráser compatível com o objeto licitado**, consistir-se-á em:

7.6.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
7.6.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social atualizado e registrado na Junta Comercial em se tratando de Sociedade Empresária;
7.6.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de Sociedades Empresárias;
7.6.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas,tratando-se de Sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
7.6.5. Decreto de autorização, tratando-se de Sociedade Empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
7.6.6. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar, juntamente com o seu ato constitutivo, um dos seguintes documentos comprobatórios:

7.6.6.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela JuntaComercial competente;
7.6.6.2. Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registrode Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
7.6.6.3. Sem prejuízo da declaração exigida no subitem 7.9.4, será admitida indicação de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente.

7.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
7.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo à sede ou domiciliodo

licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame (**ICMS);**

7.7.3. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**);

7.7.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT);**

7.7.5. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Tributários Federais e à Dívida Ativa da **União**;

7.7.6. Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias – **ICMS**.

7.7.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar 123/06 será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento;

7.7.7.1. A prerrogativa tratada neste subitem não abrange os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital;

7.7.7.2. A licitante habilitada nas condições estabelecidas neste item, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Rede Dr. Mário Gatti

7.7.8. A licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal ou trabalhista seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei.

7.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.8.1. De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, as Licitantes deverão apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constardo documento;

7.8.1.1. Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem anterior deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;

7.8.1.2. Em se tratando de licitante em recuperação judicial, esta deverá apresentar o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira do Edital.

7.9. Declarações subscritas por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III, atestando que:

7.9.1. Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;

7.9.2. Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do subitem 2.2 deste Edital;

7.9.3. Sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014;

7.9.4. Seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006.

8. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

8.1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

8.2. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas;

8.2.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico emvalores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante.

8.2.2. Quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor prevalecerá o primeiro lance recebido pelo Sistema;

8.2.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos;

8.2.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática;

8.2.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

8.2.4.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

8.2.4.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

8.2.5. Não havendo novos lances a disputa se encerrará automaticamente.

8.3. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificaçãofinal, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante;

8.4. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8.5. Após a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.5.1. A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Rede Dr. Mário Gatti que está juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.6. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

8.7. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio,no campo próprio do sistema, proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital, contendo os preços unitários e total;

8.8. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação;

8.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidose presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originaise cópias autenticadas em papel;

8.10. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada;

8.11. Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando via Sistema BEC, a nova data e horário para sua continuidade.

8.12. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal e certidão negativa de falência, seoutro prazo não constar de Ato Normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 180 (cento e oitenta) dias entre a data de sua expedição e da apresentação;

8.13. O Pregoeiro, ao seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor de qualquer um dos documentos enviados aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes;

8.14. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

8.15. Ocorrendo a habilitação com irregularidade nos termos previstos no subitem 7.7.7, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 7.7.7.1. para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista;

8.15.1. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação;

8.16. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor,decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos dehabilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.17. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos.

8.18. O **parecer técnico** será realizado pela Referência Técnica ou pessoa específica por ela designada.

8.19. SERÃO **DESCLASSIFICADAS/INABILITADAS** AS **PROPOSTAS E/OU LANCES** QUE:

8.19.1. Cujo objeto não atenda à legislação aplicável, especificações, prazos e condições fixadosneste Edital e seus anexos;

8.19.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

8.19.3. Apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do subitem 2.2 deste Edital;

8.19.4. Com propostas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores referenciais conforme pesquisa de mercado;

8.19.5. Forem omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.19.6. Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidasneste Edital e seus anexos;

8.19.7. Apresentarem informações inverídicas;

8.19.8. Apresentarem documentos ilegíveis de modo a impedir a comprovação das informações aque se destinam;

8.19.8.1. Deixarem de responder às diligências, quando solicitadas e dentro do prazo estabelecido;

8.19.9. Apresentarem características em desacordo com as solicitadas no Anexo I – Termo de Referência;

8.19.10. Deixarem de informar ou indicarem mais de uma marca/fabricante para um mesmo item;

8.19.11. Deixarem de apresentar os documentos exigidos neste instrumento;

8.19.12. Não cumprimento dos requisitos de habilitação;

8.19.12.1. Salvo nos casos possíveis de sanear, como determinado no subitem 9.13.1;

8.19.13. Substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimentode certidão;

8.19.14. A desclassificação se dará por decisão motivada do(a) Pregoeiro(a), observado odisposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

8.19.15. Deixarem de responder às diligências, quando solicitadas e dentro do prazoestabelecido;

8.20. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993;

9. RECURSO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

9.2. Havendo intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro informará aos recorrentes que deverão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão.

9.2.1. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo

comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Rede Dr. Mário Gatti.

9.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no subitem 9.2.

9.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no subitem 9.2 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, emseguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue nos prazos, condições e nos locais indicados no Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

10.2. O recebimento do objeto fica vinculado ao estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

10.3. A condição de pagamento será de **10 (dez) dias fora a dezena,** contada do aceite definitivo da Nota Fiscal pela Unidade Gestora do contrato ou instrumento jurídico equivalente, respeitando o preconizado no Anexo I – Termo de Referência.

10.4. O pagamento será efetuado via depósito em conta corrente, devendo ser informado no corpo da Nota Fiscal, o banco, número da agência e conta. **Caso o banco informado seja outro diverso ao Banco do Brasil S/A, o custo do DOC/TED correspondente ficará a cargo da licitante sendo vedada a cobrança via boleto, duplicatas e negociação em rede bancária ou com outras Empresas.**

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E COBRANÇA DE MULTAS

11.1. A desistência da proposta após a fase de habilitação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, ensejando o cancelamento e a cobrança pela Rede Dr. Mário Gatti, por viaadministrativa ou judicial, de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total consignado quando da adjudicação;

11.2. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devida e formalmente justificado- comprovados, ao não cumprimento, por parte da Empresa das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades:

a) Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a Empresa concorrida diretamente;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na hipótese de recusa injustificada pela licitante vencedora em aceitar ou receber as solicitações de fornecimento;

c) Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso na retirada da Ordem de Fornecimento, até o quinto dia corrido do atraso, após o que, a critério desta Rede Dr. Mário Gatti, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato ou instrumento jurídico equivalente, com aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor total da referida;

d) Suspensão temporária do direito de participar em licitações junto à Administração Pública e impedimento em contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que haja a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, concedido somente após ressarcimento dos prejuízos causados à Administração depois de decorrido o prazo da sanção;

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação em caso de descumprimento do Edital;

g) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação em caso de cobrança via negociação das duplicatas em rede bancária ou com outras Empresas, sem prejuízo de eventual cobrança por danos morais se o nome da Rede Dr. Mário Gatti for remetido ao cartório de protestos.

11.3. A multa prevista neste Edital tem caráter de sanção administrativa, consequentemente, sua aplicação não exime a licitante da reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha a acarretar à Rede Dr. Mário Gatti;

11.4. Em se verificando a ocorrência de prejuízo a Rede Dr. Mário Gatti decorrente de ato punível praticado pela licitante será retido pela tesouraria o valor referente ao total do prejuízo sofrido junto aos créditos da mesma.

11.5. A retenção de valor se dará a título de ressarcimento de prejuízo sofrido não caracterizando penalidade e não exime a licitante de aplicação de sanção administrativa pelo ato punível;

11.6. Por descumprimento de cláusulas editalícias ou pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento jurídico equivalente, a licitante poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer asseguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02).

11.7. Cabe à Rede Dr. Mário Gatti aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações previstas neste Edital e em seus anexos.

12. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018

12.1. É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado e/ou gerado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial aos dados pessoais e aos dados pessoais sensíveis – repassados e/ou gerados emdecorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral deProteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.3. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente se der causa à danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados e/ou gerados em decorrência da execução contratual.

12.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes legais, bem como dos procuradores da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereçoseletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

12.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

12.6. A CONTRATADA fica obrigada a informar aos seus colaboradores quanto ao tratamento de dados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, Decreto Municipal nº 21.903/22 e Lei Municipal nº 14.666/2013, devendo coletar o consentimento destes.

12.7. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro)horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados."

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pela plataforma BEC - Bolsa Eletrônica de Compras.

13.3. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

13.4. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:
13.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;
13.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação.

13.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Rede Dr. Mário Gatti, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.
13.5.1. A exclusão de que trata o subitem anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

13.6. A Rede Dr. Mário Gatti se reserva no direito de solicitar através de diligência para atendimento em 03 (três) dias úteis, esclarecimentos ou complemento de instrução do processo, sob pena dedesclassificação do licitante pelo não cumprimento.

13.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas quenão alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
13.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão;
13.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios daisonomia e do interesse público.

13.8. A Rede Dr. Mário Gatti, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá:
13.8.1. revogar a licitação por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade casoconstatada, de ofício ou por provocação de terceiros;
13.8.2. adiar a abertura desta licitação e/ou;
13.8.3. alterar o Edital e seus anexos, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

13.9. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município de Campinas/SP no endereço www.campinas.sp.gov.br, no *site* da "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo Sistema BEC/SP no endereço www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO" e no *site* da Rede Dr. Mário Gatti no endereço www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes.

13.10. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam- se para o dia útil subsequente.

13.11. Serão considerados os documentos recebidos via *e-mail* ao Pregoeiro, pessoalmente, via Correios ou por petição entregue na área de Licitações desta Rede Dr. Mário Gatti, durante o período de expediente administrativo desta instituição das 08h00 às 17h00.

13.12. Em ocorrendo hipótese de fusão, cisão ou incorporação da Empresa contratada, é permitida a sucessão contratual pela Empresa incorporadora, ou pela nova Empresa criada através da fusão ou cisão, desde que atendidos os requisitos documentais para habilitação no certame, após autorização da Diretoria da Rede Dr. Mário Gatti.

13.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa,será

competente o foro da Comarca de Campinas/SP, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do fornecimento objeto desta licitação.

14. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:
Anexo I - Termo de Referência; **Anexo II -** Modelo de proposta; **Anexo III -** Modelos de Declarações;
Anexo IV - Dados Cadastrais da Proponente;

Campinas, 05 de janeiro de 2023.

HENRIQUE MILHINA MOREIRA
Diretor Administrativo Operacional
Rede Municipal Dr. Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospitalar

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO:** Aquisição de Materiais de Limpeza (Carrinhos para MOP e outros)..

2. **DESCRITIVO E QUANTITATIVO**

Item	CÓD SIM	CÓD BEC	Descrição	Apres	Qtdd
1	156458	5087252	**CARRINHO PARA MOPP** COM BALDE DUPLO PARA LIMPEZA DE PISO EM POLIETILENO INJETADO, ADITADO COM ESPREMEDOR DO TIPO PRENSA CREMALHEIRA COM DUAS MOLAS RESISTENTES; COM PREDENDOR PARA O CABO DO MOPP,COM CAPACIDADE ENTRE 50 e 60 LITROS **(25/30 LITROS CADA),** GRADUADO, COM FACILIDADE NA LOCOMOÇÃO MESMO EM PISO NÃO REGULAR DE RODÍZIO SILENCIOSO QUE NÃO DANIFIQUE O PISO, ERGONÔMICO E ALTAMENTE RESISTENTE..	UNID	10
2	156463	5087260	**CARRINHO TRANSPORTE DE LIXO ORGÂNICO**, **COM TAMPA NA COR PRETA** CONFECCIONADO EM FIBERGLASS DE ALTA RESISTÊNCIA. LISO INTERNA E EXTERNAMENTE, COM DRENO PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS, LAVÁVEL, COM TAMPA DE ABERTURA LATERAL, SENDO O SUPORTE DA TAMPA E AS DOBRADIÇAS EM AÇO INOXIDÁVEL. PEGADOR EM POSIÇÃO ERGONÔMICA QUE PERMITA SUA LOCOMOÇÃO. COM 4 RODÍZIOS DE 4 RODAS PNEUMÁTICAS (CÂMERA INTERNA), QUE SEJA POSSÍVEL A TROCA SEMPRE QUE NECESSÁRIO. FÁCIL DIRECIONAMENTO EM PISO IRREGULAR, A MÉDIA DISTÂNCIA.PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 900MM CAPACIDADE MÍNIMA DE 630 LITROS E MÁXIMA DE 700 LITROS.	UNID	1
3	156464	5087279	**CARRINHO TRANSPORTE DE LIXO ORGÂNICO**, **COM TAMPA NA COR BRANCA** CONFECCIONADO EM FIBERGLASS DE ALTA RESISTÊNCIA. LISO INTERNA E EXTERNAMENTE, COM DRENO PARA ESCOAMENTO DE LÍQUIDOS, LAVÁVEL, COM TAMPA DE ABERTURA LATERAL, SENDO O SUPORTE DA TAMPA E AS DOBRADIÇAS EM AÇO INOXIDÁVEL. PEGADOR EM POSIÇÃO ERGONÔMICA QUE PERMITA SUA LOCOMOÇÃO. COM 4 RODÍZIOS DE 4 RODAS PNEUMÁTICAS (CÂMERA INTERNA), QUE SEJA POSSÍVEL A TROCA SEMPRE QUE NECESSÁRIO. FÁCIL DIRECIONAMENTO EM PISO IRREGULAR, A MÉDIA DISTÂNCIA. PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 900MM. CAPACIDADE MÍNIMA DE 630 LITROS E MÁXIMA DE 700 LITROS	UNID	1

LOTE 1 (itens do 4 ao 7)- CÓD BEC 3619982				
4	156460	**CABO DE ALUMÍNIO ANODIZADO** MEDINDO 1,60 CM PARA USO COM HASTE EURO	**UN**	60
5	156459	**SUPORTE LT** ROSCA PARA USO COM FIBRA, EM PLÁSTICO ALTAMENTE RESISTENTE COM MEDIDA APROXIMADA DE 22X10 CM DE COR AZUL	**UN**	34
6	156461	**PINÇA PARA MOPP ÁGUA,** TRAVA EM PLÁSTICO ALTAMENTE RESISTENTE COM APROXIMADAMENTE 15CM	**UN**	34
7	156462	**SUPORTE PARA MOPP PÓ DE 40X15 CM** COM SISTEMA DOBRAVÉL PARA ENCAIXE DO REFIL DO MOPP COM ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO ALTAMENTE RESISTENTE	**UN**	34

2.1. A especificação encontrada na BEC/SIAFÍSICO não foi alterada, caso haja alguma divergência com o disposto neste edital deverá ser considerado o descritivo e as especificações contidas neste Anexo I.

3. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

3.1. O pedido será solicitado por e-mail, pelo setor de Almoxarifado do HMMG mediante envio denota de empenho, com as informações que deverão constar na nota fiscal.

3.2. Não serão aceitos pedidos das demais áreas da Rede Dr. Mário Gatti.

3.3. Serão faturados os produtos solicitados e recebidos de acordo com a ordem de fornecimento.

3.4. A empresa deverá informar a quantidade da embalagem para que possa ser ajustado o pedidoda Ordem de fornecimento.

4. CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. A entrega ocorrerá em parcela única.

4.2. LOCAL: Almoxarifado Central – à Av Prefeito Faria Lima 340. Pq Itália Campinas.

4.3. Prazo de entrega: em até 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho;

4.3.1. Horário de entrega: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira,

4.3.2. A Contratante poderá recusar o recebimento que venham a ser entregues fora do horárioestabelecido, salvo em situações emergenciais previamente combinados com a instituição.

4.4. A Instituição se reserva o direito de não receber itens que sejam entregues em:

4.4.1. Embalagens não identificadas com nome do produto, quantidade, nº de lote e prazo de validade;

4.4.2. Embalagens que contenham diversos produtos, não proporcionando uma boa condiçãopara identificação e conferência;

4.4.3. Para os produtos entregues fora das embalagens originais, reservamo-nos o direito de não recepcionar caso apresentem sinais de violação ou que estejam em condições que suscitem dúvidas quanto à procedência dos mesmos;

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A contratada deverá encaminhar a nota fiscal junto com o produto.

5.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Empresa;

5.2.1. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese nenhuma servirá de pretexto para que a Empresa suspenda o fornecimento;

5.3. A nota fiscal será encaminhada para pagamento com vencimento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite definitivo;

5.4. O pagamento será efetuado via transferência em conta corrente, devendo ser informado no corpoda Nota Fiscal, o banco, número da agência e conta. Caso o banco informado seja outro diverso ao Banco do Brasil S/A, o custo do DOC/TED correspondente ficará a cargo da licitante sendo vedada a cobrança via boleto, duplicatas e negociação em rede bancária ou com outras Empresas.

6. AMOSTRAS

6.1. Durante o certame licitatório, a REDE DR. MÁRIO GATTI **PODERÁ** solicitar via e-mail, apresentação de amostra do melhor classificado, com o objetivo de auxiliar na verificação da compatibilidade do produto com as especificações técnicas solicitadas.

6.2. As amostras deverão:

6.2.1. Vir na embalagem padrão de comercialização, identificadas com o número do item no processo, número da licitação e nome do fornecedor, de forma a não violar a embalagem originale não obstruir a visibilidade do produto.

6.2.2. Vir com rótulo de acordo com a legislação vigente (número do lote, data de fabricação, prazo de validade, Razão social e endereço do fabricante e/ouimportador, nome do responsável técnico etc;

6.2.3. Conter instruções de uso em português;

6.2.4. Vir em quantidades suficientes para que sejam realizados os devidos testes;

6.3. A entrega das amostras solicitadas deverá ser efetuada em até 03 (três) dias úteis contados da datada solicitação, no **Setor de Planejamento**, situado na Avenida Prefeito Faria Lima, n° 340, CEP: 13036- 902, Parque Itália - Campinas/SP, nos horários das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

6.4. A não apresentação das amostras, dentro do prazo estabelecido, implicará na desclassificação da licitante para o item em questão.

6.4.1. Caso a licitante necessite de prorrogação do prazo, deverá apresentar justificativa antes da finalização do prazo estipulado, cabendo a instituição o aceite ou não da solicitação.

6.5. As amostras aprovadas poderão ser descontadas do empenho.

6.6. As amostras não aprovadas serão disponibilizadas para retirada, sendo o transporte/retirada dessasa cargo da empresa, no prazo de até 30 dias a contar da data de informe da empresa

6.7. A Instituição não fará qualquer pagamento referente às amostras enviadas.

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1. É obrigatório indicar **a marca do material ofertado; unidade, quantidade, quantidade por embalagem e descrever especificação técnica completa,** dimensões, diâmetro, largura, altura, comprimento, gramatura, densidade; transparência; capacidade; etc, do produto ofertad;

7.2. **Cópias legíveis dos manuais, catálogos, fichas técnicas** completas com informações sobre todos os componentes do produto, formulação e concentração, bem como instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descritos em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências do edital eseus anexos.

7.2.1. Os que estiverem em idioma estrangeiro serão aceitos desde que acompanhados de tradução integral para o português, junto com os seus respectivos originais correspondentes. Somente para este tipo de documentação não será necessária tradução juramentada.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO 252/2022
PROCESSO N° HMMG.2022.00001140-09
OFERTA DE COMPRA - BEC: 824410801002023OC00007
OBJETO: Aquisição de Materiais de Limpeza (Carrinhos para MOP e outros)..

Item	Objeto	Apres.	Embal.	Marca /Modelo - Fabricante	Qtd.	Valor unitário	Valor total
01							
	LOTE 01						
02							
...				**VALOR TOTAL**			

Observações:

1) *A licitante deverá declarar que aceita o prazo de validade da proposta, as condições de pagamento, assim como todas as demais condições exigidas no Edital e seus anexos.*

2) *A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e assinada pelo representante legalmente constituído.*

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

(em papel timbrado da licitante)

Eu,_____, portador do RG nº_____e do CPF nº _____, representante legal do licitante_____(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 252/2022, Processo nº **HMMG.2022.00001140-09**, **DECLARO que a empresa a qual represento:**

1. está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do dispostono inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

2. não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação ***do subitem 2.2.*** deste Edital.

3. DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

a) Que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaraçãoe que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

4. **DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou aterceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a práticados atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimularseus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatóriopúblico;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem dequalquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação públicaou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei,no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos defiscalização do sistema financeiro nacional.

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DA LC 123/2006

5. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV - DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

Pregão Eletrônico nº 252/2022
OFERTA DE COMPRA - BEC: 824410801002023OC00007
Processo n° HMMG.2022.00001140-09
Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza (Carrinhos para MOP e outros)..

Razão Social: _____
C.N.P.J nº_____Inscr. Estadual nº_____
Inscr. Municipal (se houver):_____
Endereço_____nº_____Bairro_____
Cidade_____Estado_____CEP:_____
Telefone: ( )_____Celular: ( ) _____

Dados para emissão do contrato e empenhos:
Razão Social: _____
C.N.P.J nº_____Inscr. Estadual nº_____
Inscr. Municipal (se houver):_____
Endereço_____nº_____Bairro_____
Cidade_____Estado_____CEP:_____
Telefone: ( )_____Celular: ( )_____
e-mail: _____

***e-mail* para envio do contrato para assinatura:** _____

Responsável pela assinatura do contrato:
Nome:_____
CPF nº_____RG. nº_____
Cargo:_____Telefone: ( )_____Celular: ( )_____
e-mail: _____
Obs1: *Juntar cópia autenticada da procuração do assinante caso o mesmo seja diverso do representante habilitado na sessão de abertura.*

Responsável pela gestão do contrato:
Nome:_____
CPF nº_____RG. nº_____
Cargo:_____ Telefone: ( )_____Celular: ( ) _____
e-mail:_____

Responsável da Empresa:
Nome:_____
CPF nº_____RG. nº_____
Cargo:_____Telefone: ( )_____Celular: ( )_____
e-mail:_____

Dados bancários da Empresa para créditos em conta:
CNPJ nº_____
Número do Banco:_____Nome do Banco: _____
Agência:_____Conta corrente: _____
Obs1: *O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) via crédito em conta corrente.*
Obs2: *Caso o banco informado seja diverso do Banco do Brasil, o crédito será encaminhado via DOC/TED, ficando o custo do mesmo a cargo da contratada.*
Obs3: *É expressamente VEDADA negociação do título em rede bancária e/ou terceiros.*